

18

2 0 1 8

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GOMES, Saul António (coord.) (2016). *500 Anos da Outorga dos Forais do Concelho de Alcobaça por D. Manuel I*. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, 848 pp., ISBN 978-989-99473-3-7.

Inscrita num conjunto de atividades de cariz cultural, organizadas pela Câmara Municipal de Alcobaça entre 2014 e 2015 para comemorar os 500 anos da outorga dos forais novos por D. Manuel I, tanto aos municípios que, no dealbar do século XVI, integravam o couto do Mosteiro Cisterciense, como ao de Alpedriz que, sendo hoje freguesia do concelho de Alcobaça, foi couto da Ordem de Avis até à desclausuração de 1834, a obra coordenada pelo Doutor Saul Gomes divide-se em quatro partes, sendo as três últimas da autoria exclusiva do referido coordenador, e a primeira da responsabilidade de um vasto conjunto de investigadores, ligados a diversificadas áreas do saber.

A primeira parte inicia-se com um artigo da autoria de António Figueiredo, intitulado “Onze forais, onze imagens da atualidade”, no qual se caracterizam, nas vertentes administrativa, económica e cultural, as onze freguesias que, tendo recebido foral manuelino, integram atualmente o concelho de Alcobaça.

No estudo “O Território e a Biodiversidade”, Sofia Quaresma descreve a estrutura hidrográfica da região, bem como a diversificada fauna e flora que continua a existir nas freguesias do município alcobacense.

O terceiro artigo, “Retrato da Geologia do Território do Concelho”, escrito por Ana Inácio, debruça-se sobre a geomorfologia estrutural da região em apreço, dando especial relevo aos diversos tipos de rochas nela existentes.

António Figueiredo, em “O Povoamento até aos alvares da Nacionalidade”, faz o historial do longo processo de povoamento do Concelho alcobacense desde os primórdios da sua ocupação, elencando ainda o património material subsistente.

Seguem-se dois estudos de J. Pedro Tavares: “John Singe e o Mosteiro de Alcobaça – Março 1813” e “Um Rinoceronte em Alcobaça”. No primeiro, o autor analisa a escrita textual e gráfica, relativa a Alcobaça, que consta do *Book of Paintings made in Portugal* de John Singe, cotejando-a com a de outros ilustres visitantes do cenóbio cisterciense. De realçar, no desenho do Mosteiro elaborado por Singe, a utilização de dois pontos perspetivos diferentes, que possibilitam ‘dar-a-ver’ as características arquitetónicas fundamentais tanto do Castelo como do alçado poente do Mosteiro. Significativa é, também, a monumentalidade aparente que a perspetiva adotada confere à igreja paroquial da vila que, deste modo, ‘escrituralmente’ suplanta a imponente massa do cenóbio. Signo, talvez, de uma reorganização das relações de poder entre

o Senhorio e a vila. Como refere Saul Gomes: “Paulatinamente, a vila impunha-se à enorme edificação Monástica” (Gomes 2016: 143).

Em “Um Rinoceronte em Alcobça”, Pedro Tavares descreve a odisseia do rinoceronte Ganda, desde a sua partida de Cambaia até à chegada definitiva, já morto e embalsamado, a Roma, referenciando, depois, o futuro artístico da desafortunada alimária, que se manifesta nas variadas representações de que foi objeto.

Finalmente, Antonieta Sousa, em “Convento de Santa Maria Madalena de Alcobça 1566-1834/Convento dos Capuchos”, após descrever o papel fundamental do abade comendatário Cardeal D. Henrique na fundação daquela casa monástica, bem como a proteção que esta desde cedo obteve da parte da nobreza local e das monjas de Coz, analisa as modificações que se foram operando no conjunto edificado do referido cenóbio entre os séculos XVII e XVIII, que o vão progressivamente afastando da simplicidade arquitetónica e ornamental que exibia nos primórdios da sua existência.

Na primeira secção da segunda parte, Saul Gomes descreve a origem dos topónimos dos vários municípios do couto de Alcobça, a sua delimitação geográfica, a diversa aptidão dos solos para a prática agrícola, o património monumental e artístico dos concelhos e a sua capacidade política de instituir hospitais, misericórdias e confrarias. Refere, ainda, nesta secção, a luta das populações na tentativa de ampliarem os seus direitos e liberdades, numa luta tenaz contra a poderosa abadia, e o enquadramento de cada um dos municípios na estrutura viária da época, bem como as consequências que este seu posicionamento teve no maior ou menor desenvolvimento dos diferentes concelhos, em função da posição estratégica que nessa rede ocupavam.

Na secção dois, analisa as diversas modalidades de instituição dos oficiais públicos no couto alcobacense durante os séculos XV e XVI, demonstrando que uma parte significativa do oficialato era de exclusiva nomeação régia, e que, mesmo os oficiais cuja escolha era da competência do Abade, tinham de ser confirmados nos seus cargos pelo Monarca, numa clara afirmação da plena soberania do Rei. Superioridade do poder régio relativamente ao poder do Senhor do couto que se revela, ainda, no facto de D. Manuel I não se coibir de interferir no exercício do poder judicial nas terras coutadas ao Mosteiro, concedendo aos seus habitantes cartas de perdão em matéria de direito familiar e administrativo.

Na secção seguinte, procede ao estudo histórico, diplomático, paleográfico e codicológico dos Forais Novos de Alcobça, analisando, entre outros aspectos relevantes, o complexo procedimento que antecedeu o estabelecimento das novas normas foraleiras, procedimento esse que implicou tanto a consulta dos vetustos forais medievais como a realização de inquirições. O facto de os Forais

Novos respeitarem, em grande parte, as disposições contidas nos forais medievais e no direito costumeiro, não obistou a que aqueles fossem objeto de uma uniformização normativa, à escala do reino, relativamente a matérias relacionadas com a segurança, comércio de bens, administração pública e judicial, sendo os casos não incluídos no novo clausulado foraleiro remetidos para o disposto nas Ordenações Manuelinas. No final desta secção, o autor procede à transcrição dos forais medievais outorgados pelos abades alcobacences.

A terceira parte é composta pela transcrição dos forais originais, do registo dos forais na Leitura Nova, e dos traslados realizados em 1566-67 e 1762, bem como de um conjunto de documentos relacionados com os citados textos foralengos. À referida transcrição, cujos critérios se explanam no início desta parte da obra, anexam-se os fac-similes dos documentos transcritos.

A quarta parte é constituída por um importante e utilíssimo ‘Glossário Essencial dos Forais Manuelinos de Alcobaça’.

A obra em apreço, mercê de uma escrita em que se entrelaçam a clareza explicativa e a erudição e tecnicidade específicas do discurso historiográfico, dirige-se quer aos *curiosos* que procuram conhecer e apreender o espaço que *habitam*, quer aos investigadores, particularmente aos que pretendem estudar tanto as transformações por que passou a realidade municipal, na sua necessária interligação com os poderes senhorial e régio, como as que se foram estabelecendo entre o Rei e os Senhores, num processo temporalmente pontuado por relações de conflituosidade e cooperação estratégica que, ainda que tenha tido como corolário final a concentração do poder nas mãos do Monarca, não deixou de criar condições que possibilitassem o desabrochar de uma nova autonomia municipal.

500 Anos da Outorga dos Forais do Concelho de Alcobaça por D. Manuel I afigura-se-nos, portanto, como uma obra de leitura obrigatória, não só para aqueles que, de uma forma ou de outra, se interessam pela história pátria, mas também para os que, mais ligados às questões que um presente marcado por uma tensão entre uniformização e defesa dos particularismos locais nos dirige, procuram ‘fundar raízes’, de um ‘tipo-outro’ do de antanho, num *solo* que se constitua enquanto ‘condição de possibilidade’ da construção de uma ‘identidade-não-identitária’. Identidade que possa escapar ao agonismo que hoje caracteriza as relações entre o local e o global, entre a *universalização* e os particularismos regionais.

JORGE MANUEL DE MATOS PINA MARTINS PRATA
CHSC – U. Coimbra
prata@sapo.pt